

# A TRANSFORMAÇÃO DA ALMA E O CAMINHO DA VERDADE NA ALEGORIA DA CAVERNA DE PLATÃO

THE TRANSFORMATION OF THE SOUL AND THE PATH OF TRUTH IN  
PLATO'S ALLEGORY OF THE CAVE

Ciências Humanas • 31/05/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/780206316](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/780206316)

Wibison Menezes Silva<sup>1</sup>

Camila de Souza da Silva<sup>2</sup>

Tania Monserrat Lima Mondragón<sup>3</sup>

Madson Fernandes de Melo Junior<sup>4</sup>

Guilherme Mendes Tomaz dos Santos<sup>5</sup>

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a *Alegoria da Caverna*, apresentado por Platão no Livro VII da *República*, enquanto processo de conversão da alma ao conhecimento do Bem e base da compreensão de sua *paideia*. Trata-se de uma das passagens mais emblemáticas da história da filosofia, que condensa, sob forma simbólica, a estrutura metafísica e pedagógica do pensamento platônico. Partindo do contexto político e ético da obra, investiga-se o significado da libertação das correntes e ascensão ao mundo exterior como metáforas do processo dialógico de superação da ignorância. A luz do sol é interpretada como imagem do *agathón*, princípio supremo que confere inteligibilidade ao ser e orienta a alma em direção à verdade. A metodologia empregada é de caráter analítico e interpretativo, fundamentada na leitura direta dos textos platônicos e no diálogo com comentadores clássicos e contemporâneos. Defende-se que a alegoria representa, simultaneamente, uma ontologia da luz, processo dialético da alma e uma ética do retorno, uma vez que o filósofo, ao alcançar o saber, é chamado a regressar à caverna para partilhar a verdade com os demais. A atualidade dessa metáfora, em meio à crise contemporânea de sentido e à cultura das aparências, confirma a perenidade da filosofia platônica como via de libertação e iluminação interior.

**Palavras-chave:** Platão; Alegoria da Caverna; Paideia; Verdade; Filosofia.

## ABSTRACT

The present article aims to analyze the Allegory of the Cave, presented by Plato in Book VII of the Republic, as a process of conversion of the soul to the knowledge of the Good and the basis for the understanding of its paideia. It is one of the most emblematic

passages in the history of philosophy, which condenses, in symbolic form, the metaphysical and pedagogical structure of Platonic thought. Starting from the political and ethical context of the work, the meaning of liberation from chains and ascension to the outside world is investigated as metaphors of the dialogical process of overcoming ignorance. The light of the sun is interpreted as an image of agathón, the supreme principle that confers intelligibility to the being and guides the soul towards the truth. The methodology employed is of an analytical and interpretative nature, based on the direct reading of Platonic texts and on dialogue with classical and contemporary commentators. It is argued that allegory represents, simultaneously, an ontology of light, a process-light, a dialectical process of the soul and an ethics of return, since the philosopher, upon attaining knowledge, is called to return to the cave to share the truth with others. The relevance of this metaphor, in the midst of the contemporary crisis of meaning and the culture of appearances, confirms the perenniality of Platonic philosophy as a way of liberation and inner illumination.

**Keywords:** Plato; Allegory of the Cave; Paideia; Truth; Philosophy.

## 1. INTRODUÇÃO

Entre as imagens mais poderosas legadas pela filosofia antiga, nenhuma talvez exerça tanto fascínio e permanência quanto a *Alegoria da Caverna*, exposta por Platão no Livro VII da *República* (514a-517a). A narrativa, ao mesmo tempo simples e profundamente simbólica, descreve o processo de libertação de prisioneiros que, acorrentados desde o nascimento, tomam por realidade as sombras projetadas na parede de uma caverna. Um deles, rompendo as amarras, empreende uma jornada árdua em direção à luz, até

contemplar o sol — imagem do *agathón*, o Bem —, compreendendo então que tudo o que via antes não passava de aparência.

A força desta metáfora não reside apenas na descrição de um movimento físico, mas na representação da dinâmica espiritual e intelectual que define o próprio ato filosófico. A alegoria figura o caminho da alma desde a ignorância até a contemplação do verdadeiro, da *doxa* (*opinião*) à *epistéme* (*ciência*), e da multiplicidade sensível (*aistheta*) à unidade inteligível (*eidos*). Em termos mais amplos, ele traduz o processo de ascensão dialética como conversão (*periagogé*), isto é, como transformação interior pela qual a alma se volta para o ser e abandona a ilusão das sombras. De todo modo, vale salientar que esse processo não constitui apenas um passo linear da ignorância ao conhecimento e, por isso, a *paideia* assume papel central. A alegoria sugere que tal trânsito requer um processo de acompanhamento e mediação, no qual intervêm elementos pedagógicos fundamentais - como a guia do filósofo e a formação progressiva da alma - que permitem a adaptação à verdade, onde a função da maiêutica socrática é “parturição” das ideias inatas, que só é possível através do processo de questionamento e diálogo, como é possível perceber na passagem,

*Uma coisa, pelo menos - continuei -, ninguém nos contestará: a afirmativa de que não há outro caminho para investigar sistematicamente a essência das coisas. (...) – Assim - continuei -, o método dialético é o único que rejeita as hipóteses para atingir diretamente o princípio e consolidar suas conclusões e que puxa brandamente o olho da alma do lamaçal bárbaro em que vivia atolado, a fim de dirigi-lo para cima empregando para essa conversão as mencionadas artes, como auxiliares e cooperadoras. Por uma questão de hábito, demos-lhe mais de uma vez o nome de ciência; porém, a rigor seria preciso designá-la por um nome que sugerisse algo mais claro do que opinião e mais obscuro do que ciência. Em certa altura de nossa exposição anterior, admitimos a expressão entendimento. (...) - Não denominas dialético o indivíduo que sabe encontrar a explicação da essência de cada coisa? E quem não chega a esse ponto, na medida em que se mostrar incapaz de dar a si mesmo e aos outros essa explicação, não proclamarás desprovido de inteligência? (República, 533b-534b. Trad. Nunes).*

O contexto em que a alegoria aparece na *República* é decisivo para a sua compreensão. A obra, centrada na definição da justiça (*dikaíosýnē*), articula uma correspondência entre a ordem da alma e a ordem da *pólis*. O problema político é, antes de tudo, ético e pedagógico: a cidade justa só pode ser edificada por almas justas, e estas, por sua vez, só se formam através da educação filosófica. A

*alegoria da Caverna* surge, portanto, como síntese da *paideía* platônica, ou seja, o processo educativo que conduz o homem da escuridão da ignorância ao esplendor da verdade.

Essa formação, contudo, não é uma mera transmissão de conhecimentos, mas uma conversão ontológica e axiológica. Platão é explícito ao afirmar que “a educação não é o que alguns dizem ser: colocar o saber na alma que não o possui, como se nela se introduzisse a visão em olhos cegos; mas sim fazer girar a alma, que já possui a capacidade de ver, para o que deve ser visto” (*Rep.* VII, 518c-d). A verdadeira *paideia* é, portanto, o reorientar da alma, um esforço de ascese e purificação que culmina na visão do Bem. Como pode-se perceber, de modo mais direto, na passagem do *Protágoras*, onde a *paideia* aparece como a “arte da medida”,

*Ora, se nosso bem-estar consistisse em fazer e escolher o que é grande, e evitar e não fazer o que é pequeno, qual seria o princípio salvador da vida humana? A arte de medir ou a força da aparência? Não nos ilude esta última, levando-nos muitas vezes a inverter as relações das coisas, a modificar nossos propósitos e a nos arrependermos da resolução tomada, não só com referência a nossos atos, como com a escolha das coisas grandes e das pequenas? A arte da medida, pelo contrário, não neutralizaria essa ilusão, com resolver a verdadeira relação das coisas, e não asseguraria à alma a tranquilidade fundada sobre a verdade, salvando, assim, nossa vida?" Não concordariam todos em que esse resultado seria obtido pela arte da medida? ou apontariam outra? (Protágoras,356d-e).*

A alegoria revela também a dimensão ética e política da filosofia. O prisioneiro liberto, ao contemplar o sol, não permanece na região luminosa, mas retorna à caverna para libertar os outros. Tal gesto simboliza a responsabilidade do saber: o filósofo não busca a verdade apenas para si, mas como missão pública e solidária. A ascensão à luz não é fuga do mundo, mas preparação para o serviço à comunidade. É por isso que Platão associa o verdadeiro governante ao filósofo, pois apenas aquele que conheceu o *Bem* pode ordenar a cidade segundo a justiça.

Neste artigo, analisa-se a Alegoria da Caverna a partir de três perspectivas complementares: (1) como expressão da estrutura da

alma e da *paideia*; (2) como alegoria da metafísica platônica do ser e da ideia do Bem; e (3) como modelo ético e político de libertação e retorno. O objetivo geral consiste em compreender de que maneira o Mito da Caverna sintetiza os fundamentos centrais da filosofia platônica, articulando as dimensões antropológica, epistemológica, ética e política presentes na obra *A República*. Para isso, o estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e hermenêutico-filosófico, fundamentada na análise interpretativa dos textos de Platão, especialmente do Livro VII da *República*, bem como no diálogo com comentadores clássicos e contemporâneos da tradição platônica.

Parte-se da compreensão de que a Alegoria da Caverna ultrapassa o caráter meramente literário ou pedagógico, constituindo-se como núcleo simbólico da filosofia platônica. Nesse sentido, busca-se evidenciar como a narrativa articula, de forma indissociável, a formação da alma, a teoria do conhecimento, a contemplação do Bem e a responsabilidade ético-política do filósofo diante da cidade.

Por fim, será argumentado que a *Alegoria* mantém plena atualidade, especialmente diante da fragmentação da verdade e da superficialidade da cultura contemporânea. Em tempos marcados pela relativização do conhecimento, a metáfora platônica nos convida a redescobrir o valor da contemplação, da busca do universal e do exercício filosófico como libertação da alma.

## **2. A ALEGORIA DA CAVERNA E A ORDEM DA ALMA**

A *Alegoria da caverna* não é uma passagem isolada na *República*. Ele surge num contexto cuidadosamente elaborado por Platão, cuja preocupação central é a relação entre justiça e conhecimento. No

Livro VII, o diálogo assume a forma de uma alegoria capaz de sintetizar a estrutura antropológica e pedagógica da obra: compreender a justiça requer compreender a ordem interna da alma e a ordem política da cidade.

Para Platão, a alma é tripartite, racional (*logistikon*), irascível (*thymoeides*) e concupiscível (*epithymetikon*), onde cada parte possui sua função e objeto próprio, ao mesmo tempo em remete ao todo, isto é, apesar da tripartição, não há necessariamente uma separação, na medida em que todo ser humano tem a mesma natureza.

A justiça, tanto no indivíduo quanto na *pólis*, é a disposição harmoniosa dessas partes segundo a orientação da razão. A alegoria aparece, nesse ponto, como a expressão simbólica desse princípio. As correntes que mantêm os prisioneiros voltados para a parede representam a condição de ignorância em que vive o homem cuja alma não é educada: aprisionado às percepções sensíveis, ele aceita as sombras como realidade, vivendo no domínio da *doxa*, sem acesso ao mundo inteligível.

A libertação do prisioneiro é, portanto, um gesto de conversão da alma. Esse movimento corresponde à passagem do domínio da aparência para o domínio da verdade, do sensível para o inteligível. A ascensão, embora dolorosa e difícil (como Platão descreve) não é mera mudança física, mas transformação interior. Trocar a caverna pela luz é trocar um estado de ignorância por um estado de conhecimento.

A alegoria, nesse sentido, articula a relação entre *paideia* e justiça. No contexto da *República*, Platão insere-o como parte de seu projeto

pedagógico-político: formar cidadãos cuja alma esteja ordenada pelo conhecimento do Bem, capazes de sustentar a justiça na cidade. É por isso que a alegoria é colocada no coração da discussão sobre a educação do guardião-filósofo (*philosophos basileus*). O filósofo, aquele que rompe as correntes, contempla o sol e retorna à caverna, representa o ideal do governante educado, cuja autoridade não se apoia na força, mas no saber.

A metáfora ajuda a compreender, também, que a educação não é um processo instantâneo, mas gradual - e por isso dialético. O prisioneiro liberto sofre, tropeça, recua diante da luz — porque a ascensão exige esforço, paciência e transformação. O filósofo descreve o processo como *periagogé*, termo que significa literalmente “conduzir para fora” e traduz, na sua *paideia*, o exercício da conversão da alma. A educação é, portanto, conversão existencial: um reorientar profundo que leva a alma a contemplar o verdadeiro, o universal e o justo.

Ao colocar a alegoria no contexto da formação da alma e da cidade, Platão afirma que a crise política não é separada da crise moral e epistemológica. Um povo ou uma cidade só poderá alcançar a justiça se as almas forem educadas. A visão da caverna é, assim, uma lição fundamental sobre a interdependência entre filosofia, ética e política: a ordem externa da *pólis* depende da ordem interna da alma.

Esse entendimento reforça que a alegoria não é um relato meramente literário, mas um núcleo simbólico da filosofia platônica, sintetizando seu ideal pedagógico e político. Ele representa a via pela qual a alma é direcionada para a justiça: o movimento da

caverna para a luz não é apenas o caminho do indivíduo, mas o caminho de toda a cidade em direção ao Bem.

A alegoria da Caverna, nesse sentido, revela-se como uma poderosa síntese da antropologia e da ética platônica, ao evidenciar que a desordem da alma está diretamente ligada à permanência na ignorância e à submissão às aparências. A alma desorientada, governada pelas dimensões irascível e concupiscível, permanece cativa das sombras, incapaz de alcançar a verdade e, conseqüentemente, de agir com justiça. Somente pela ascensão ao conhecimento, conduzida pela razão, é possível instaurar a harmonia interior que fundamenta a vida justa. A conversão da alma, portanto, não é apenas um movimento cognitivo, mas uma reorganização profunda do ser, que reposiciona o indivíduo diante de si mesmo, do outro e do mundo.

Nesse horizonte, é possível compreender que em Platão, a educação filosófica é condição indispensável para a constituição de uma ordem justa, tanto no plano individual quanto no coletivo. O retorno do filósofo à caverna simboliza o compromisso ético-político com a transformação da realidade, ainda que marcada pela incompreensão e resistência dos que permanecem nas sombras. Assim, o caminho da verdade não se esgota na contemplação do Bem, mas se realiza plenamente na ação orientada por ele. A alegoria, portanto, não apenas descreve a libertação da alma, mas convoca à responsabilidade de educar, governar e agir segundo a verdade, reafirmando que a justiça na pólis é inseparável da formação de almas que aprenderam a ver para além das aparências.

*O que eu vejo, pelo menos, é o seguinte: no limite extremo da região do cognoscível está a idéia do bem, dificilmente perceptível, mas que, uma vez apreendida, impõe-nos de pronto a conclusão de que é a causa de tudo o que é belo e direito, a geratriz, no mundo visível, da luz e do senhor da luz, como no mundo inteligível é dominadora, fonte imediata da verdade e da inteligência, que precisará ser contemplada por quem quiser agir com sabedoria, tanto na vida pública como na particular (República, 517c).*

Desse modo, a Alegoria da Caverna culmina na afirmação de que o conhecimento do Bem constitui o fundamento último da ação justa e da verdadeira sabedoria. Como expressa Platão na República (517c), a ideia do Bem é a fonte da verdade, da inteligência e de tudo aquilo que é belo e justo, sendo indispensável para orientar a vida pública e a vida particular. A ascensão da alma ao mundo inteligível não representa apenas um itinerário teórico, mas a condição necessária para que o indivíduo possa agir com prudência, justiça e responsabilidade diante da cidade.

Nesse sentido, a filosofia platônica reafirma que não há separação entre conhecimento e ação, contemplação e compromisso político: aquele que alcança a luz do Bem torna-se responsável por conduzir a si mesmo e à pólis segundo a verdade. O Mito da Caverna encerra, assim, uma profunda reflexão sobre a formação humana, indicando que a libertação da alma é também a possibilidade de construção de uma ordem ética e política orientada pela justiça.

### 3. A JORNADA DA ALMA: DA SOMBRA À LUZ

A *alegoria da Caverna* descreve, portanto, não apenas um movimento físico, mas, sobretudo, uma transformação ontológica e epistemológica. A trajetória do prisioneiro liberto — do aprisionamento às sombras até a contemplação da luz do sol — representa o percurso interior da alma humana. Esse processo é, na filosofia platônica, a essência da *paideia*, a ascensão que conduz da ignorância à verdade.

Com efeito, a caverna simboliza o domínio da opinião (*doxa*), o plano das aparências sensíveis (*aistetha*). As sombras projetadas na parede não são realidade, mas imagens distorcidas das coisas, uma representação (*mimesis*) imperfeita do verdadeiro. Viver na caverna é viver aprisionado às sensações e às interpretações fragmentadas do real, aceitando como verdade o que é, na essência, mera ilusão. Essa condição representa o estado natural da alma humana sem educação: limitada, acomodada e resistente à transformação.

Platão, ao narrar a cena, indica que a ignorância não é apenas ausência de conhecimento, mas uma condição ativa de aprisionamento. As correntes que impedem os prisioneiros de se mover são uma metáfora daquilo que aprisiona o pensamento: paixões desordenadas, preconceitos e a dependência de imagens sensíveis. Essa condição não é apenas intelectual, mas moral: a alma acorrentada vive numa submissão àquilo que é transitório, sem acesso ao universal.

Nesse ponto a imagem da *linha dividida* (*República*, Livro VI, 509d-511e), ganha destaque, na medida em que é a partir desse aspecto que há a possibilidade de transgressão dialética, que liberta a alma

da aparência, algo que só pode ser pensado por meio *paideia* enquanto processo de ir e vir, entre a ignorância e o saber, entre a verdade e a aparência. Pois, mesmo que todos os seres humanos possuam a mesma natureza tripartite, não são todos que possuem a inclinação para o filosofar. Pensar a *paideia* platônica, portanto, é compreender que esse processo de libertação exige sacrifício e dedicação em um árduo caminho de busca e transformação constante, e, justamente por isso, que o prisioneiro ao “sair” da caverna tem os olhos ofuscados pela luz do sol.

*Considera agora, Ihe disse, quais seriam as consequências da libertação desses homens, depois de curados de suas cadeias e imaginações, se as coisas se passassem do seguinte modo: vindo a ser um deles libertado e obrigado imediatamente a levantar-se, a virar o pescoço, andar e olhar na direção da luz, não apenas tudo isso lhe causaria dor, como também o deslumbramento o impediria de ver os objetos cujas sombras até então ele enxergava. Como achas que responderia a quem lhe afirmasse que tudo o que ele vira até ali não passava de brinquedo e que somente, agora, por estar mais próximo da realidade e ter o rosto voltado para o que é mais real é que ele via com maior exatidão; e também se o interlocutor lhe mostrasse os objetos, à medida que fossem desfilando, e o obrigasse, à custa de perguntas, a designá-los pelos nomes? Não te parece que ficaria atrapalhado e imaginaria ser mais verdadeiro tudo o que ele vira até então do que quanto naquele instante lhe mostravam? (República, 415c-d).*

Tal libertação exige coragem e esforço. Romper as correntes simboliza a decisão de questionar a realidade aparente. Esse movimento inicial é doloroso — ele tropeça, sente dor, resiste à luz — porque implica romper hábitos, superar resistências e mudar profundamente a orientação da alma. É, em Platão, uma conversão (*periagogé*), isto é, uma reviravolta interna que exige renúncia ao conforto da ignorância e abertura para o desconhecido.

A saída da caverna é, portanto, um processo gradual. O prisioneiro não alcança de imediato a visão plena; primeiro vê sombras, depois objetos refletidos, depois a luz do próprio sol. Esse percurso é o que possibilita a compreensão da *paideia* enquanto processo reflexivo contínuo: o verdadeiro conhecimento não é dado instantaneamente, mas conquistado passo a passo, pela disposição da alma e pela mediação pedagógica.

*(...) a educação não será mais do que a arte de fazer essa conversão, de encontrar a maneira mais fácil e eficiente de consegui-la; não é a arte de conferir vista à alma, pois vista ela já possui; mas, por estar mal dirigida e olha para o que não deve, a educação promove aquela mudança de direção (República, 318c-d)*

Ao alcançar o exterior da caverna, o prisioneiro contempla a luz solar — imagem central da alegoria. Para Platão, o sol é símbolo do Bem (*agathón*), princípio último e causa da inteligibilidade. Assim como o sol ilumina e torna visíveis os objetos no mundo sensível, o Bem ilumina o entendimento, tornando possível o conhecimento e a verdade.

Esse momento simboliza a plena conversão da alma. Não se trata apenas de adquirir novos conteúdos, mas de reorientar completamente a visão e o desejo. O prisioneiro passa a ver não apenas as coisas, mas a própria estrutura do real. Ele reconhece que o verdadeiro conhecimento não se reduz a dados sensíveis, mas implica a apreensão das formas e do princípio que as sustenta.

A jornada descrita na alegoria, portanto, é simultaneamente pedagógica e ontológica. É pedagógica porque mostra como a educação conduz a alma para fora da ignorância e ontológica porque revela que a verdade não é uma construção subjetiva, mas uma realidade objetiva, anterior à experiência sensível. Onde esse processo de ressignificação e redirecionamento só pode ser acessado por meio da dialética, como destacado por Paviani (2008, p. 32-33),

*Sócrates, o professor que não quer ser chamado de professor, é por excelência um interrogante. Ele, que tem como lema “conhece-te a ti mesmo”, fundado na busca da verdade interior, não possui certezas, menos ainda certezas empíricas. O único objetivo de Sócrates é apontar o caminho. (...) Seu objetivo é o de superar os conflitos morais e políticos da Cidade; ou seja, o objetivo consiste em alcançar o bem, a excelência, tendo como padrões de referência a ordem da natureza. Seu objetivo é educacional. O uso do processo refutativo prioriza a busca da verdade e não a simples síntese dos opostos.*

Platão, desse modo, não deixa que o movimento da saída da caverna seja apenas um ato individual. Ao retornar para a escuridão, o prisioneiro liberto cumpre uma missão ética: compartilhar a verdade descoberta. Esse retorno é tão essencial quanto a ascensão, pois revela que a libertação não é completa se não for partilhada. A saída da caverna não é um fim em si mesma, mas um passo para a

construção de uma cidade justa, fundada sobre a iluminação das almas.

Assim, o gesto do prisioneiro que volta à caverna é, também pode ser considerado como ato pedagógico e ato político. É pedagógico porque visa levar outros à libertação do conhecimento; é político porque envolve a participação ativa na vida da cidade. Para Platão, não há separação entre educação, ética e política: a cidade justa é resultado de almas justas, e a formação dessas almas exige a mediação do conhecimento filosófico.

Esse retorno traz consigo dificuldades: os prisioneiros podem resistir à libertação, zombar ou mesmo agredir aquele que tenta salvá-los. Platão reconhece a dificuldade desse trabalho: o educador filosófico enfrenta incompreensão e oposição. Ainda assim, ele sustenta que essa é a missão fundamental do filósofo: perseverar na tarefa de iluminar as almas, mesmo diante da hostilidade e do ceticismo.

Assim, a jornada da alma revela três dimensões essenciais: a libertação interior, a conversão ontológica e a responsabilidade ética. É por esse viés interpretativo, que pode-se compreender a alegoria como base para a *paideia* e fundamento da filosofia política de Platão, na medida em que a educação não é apenas aquisição de conhecimento, mas transformação do ser e compromisso com o bem comum. Esse aspecto revela a utilização de recursos mitopoéticos pelo filósofo, não de modo desinteressado, e sim como redirecionamento fundado no *lógos*. Fazendo da escrita platônica algo único e inerente de seu modo de filosofar. Principalmente quando se compreende toda sua reflexão e problematização como o próprio percurso ascético, que traz esse movimento incessante entre o conhecimento e a ignorância.

#### 4. O SOL E O BEM: A METAFÍSICA COMO FUNDAMENTO DA PAIDEIA PLATÔNICA

Refletir e destacar o problema ontológico em Platão é sempre complexo e denso, principalmente por levar em consideração todo o *corpus*. Diálogos como *Menón*, que mesmo sendo obra da juventude, já traz os primórdios da *anamnésis*, passando por diálogos como *Banquete* e *Teeteto*, em que a densidade metafísica já tem um pleno desenvolvimento, até chegar em obras como *Filebo* e as *Leis*, onde é possível ter uma visão mais holística de sua teoria das ideias. Em meio a todo esse processo dialógico, pode-se observar, que a linguagem mítica utilizada pelo filósofo, pode ser parte crucial desse desenvolvimento ontológico como um todo. E é no núcleo da *Alegoria da Caverna* que reside uma imagem de profundo alcance metafísico: a luz solar. Platão não a apresenta como uma luz comum, mas como símbolo do *agathón* — o Bem — princípio supremo que sustenta e ilumina toda realidade. Esse gesto simbólico não é meramente estético ou literário; constitui uma síntese da filosofia platônica, articulando ética, epistemologia e ontologia.

Em Platão, com efeito, o Bem não possui apenas um valor moral, mas é a causa primeira e última do ser e do conhecimento. Na *República* (508e–509a), ele afirma que “o Bem é aquilo que dá ao ser a capacidade de ser e ao conhecimento a capacidade de conhecer”. Nesse sentido, o Bem não pode ser reduzido à uma ideia entre outras, mas é a fonte da própria inteligibilidade: tudo o que existe e é conhecido participa (*méthexis*), de algum modo, dessa luz (*República*, 507b-509c).

A analogia do sol traduz, de forma poderosa, essa função do Bem. Assim como o sol ilumina os objetos do mundo sensível e torna possível a visão, o Bem ilumina a alma e torna possível o conhecimento. O movimento da caverna para a luz é, portanto, um movimento em direção à fonte da verdade. Essa é a dimensão metafísica da *paideia* platônica: ela não consiste apenas em transmitir informações, mas em conduzir a alma à contemplação do Bem, tornando-a capaz de ver a realidade em sua origem.

*Dirás, por conseguinte, continuei, que este sol é que eu denomino filho do bem, gerado pelo bem como sua própria imagem, e que no mundo visível está nas mesmas relações para a vista e as coisas vistas como o bem no mundo inteligível para o entendimento e as coisas percebidas pelo entendimento (República, 508c).*

Como destacou-se anteriormente, a saída da caverna não é simples aquisição de conteúdos, mas uma transformação profunda do ser — uma conversão da alma (*periagogé*). Platão insiste que a verdadeira *paideia* é um movimento contínuo: não é colocar algo novo na alma, mas despertar e reorientar aquilo que já está em potência. Esse despertar é condição para compreender o Bem, pois exige romper com a ilusão das aparências e voltar-se para o universal.

Nesse sentido, a *paideia* pode ser compreendida como ascese intelectual e moral, enquanto movimento contínuo de reflexão e superação. Ela supõe esforço, disciplina e abertura para a mudança. Nesse sentido, o percurso do prisioneiro é uma metáfora da

experiência filosófica: gradual, exigente, marcada pela superação de resistências. Esse processo é, ao mesmo tempo, libertador e exigente: libertador porque conduz ao conhecimento; exigente porque exige o abandono de hábitos, crenças e confortos falsos.

Contemplar o Bem significa alcançar a forma mais elevada de conhecimento. Essa contemplação é o auge da educação filosófica, condição para o verdadeiro saber. No contexto da *República*, esse saber é condição para a justa organização da cidade: apenas aquele que conhece o Bem é capaz de governar segundo a justiça.

A estrutura do saber, no pensamento platônico, é uma hierarquia ascendente: da percepção sensível, passando pelo raciocínio, até a contemplação das ideias e, finalmente, do Bem. O sol simboliza o ápice dessa hierarquia. Ele não apenas ilumina, mas confere unidade e sentido a todas as formas de conhecimento, funcionando como princípio regulador da verdade e da realidade.

A contemplação do Bem não é um ato meramente contemplativo, mas um fundamento ético. Ao alcançar o conhecimento, a alma assume a responsabilidade de retornar à caverna para guiar os outros. Essa é a dimensão política da alegoria: a educação filosófica não é um retiro do mundo, mas um chamado para o serviço. O governante-filósofo é aquele que, tendo contemplado o Bem, orienta a cidade segundo essa luz.

Assim, o Sol na alegoria não é apenas um símbolo metafísico, mas também um princípio ético-político. Ele encarna a ligação entre saber e responsabilidade: conhecer o Bem implica agir segundo ele e promover sua presença na vida da cidade.

Tal reflexão platônica ainda permanece central na atualidade, pois, em um mundo marcado pela fragmentação do sentido e pela relativização da verdade, a proposta do filósofo ainda é relevante e urgente, principalmente ao compreender o fundamento da educação filosófica, enquanto “Luz do Sol” que confere inteligibilidade e oferece um horizonte capaz de orientar a ética, a política e a transformação dos sujeitos. O desafio contemporâneo é, portanto, reconhecer e reencontrar esse princípio, resgatando a dimensão transformadora da filosofia como caminho de libertação.

O Sol, assim, não se limita a uma analogia antiga. Ele permanece como símbolo daquilo que a humanidade continua a buscar: um fundamento para o saber, a justiça e a vida boa.

## **5. FILOSOFIA, VERDADE E LIBERDADE: O SENTIDO ÉTICO DO RETORNO À CAVERNA**

A dimensão final *da Alegoria* não está apenas na ascensão à luz, mas no gesto decisivo do retorno. O prisioneiro, tendo contemplado o Bem, não permanece no exterior: ele retorna à escuridão da caverna para libertar aqueles que ainda vivem aprisionados às sombras. Esse movimento encerra a alegoria, revelando a sua profunda carga ética e política.

*Considera também o seguinte, lhe falei: se esse indivíduo baixasse de novo para ir sentar-se em seu antigo lugar, não ficaria com os olhos obnubilados pelas trevas, por vir da luz do sol assim tão de repente? Sem dúvida, respondeu. E se tivesse de competir outra vez a respeito das sombras com aqueles eternos prisioneiros, quando ainda se ressentisse da fraqueza da vista, por não se ter habituado com o escuro - o que não exigiria pouco tempo - não se tornaria objeto de galhofa dos outros e não diriam estes que o passeio lá por cima lhe estragara a vista e que não valia a pena sequer tentar aquela subida? E se porventura ele procurasse libertá-los e conduzi-los para cima, caso fosse possível aos outros fazer uso das mãos e matá-lo, não lhe tirariam a vida? (República, 517a)*

A partir desse aspecto, é possível compreender que em Platão, o saber não é um privilégio isolado. Ele implica uma obrigação moral: o retorno ao espaço da ignorância e das sombras é expressão da solidariedade filosófica. O prisioneiro que retorna encarna o princípio de que a educação não é apenas um percurso individual, mas uma missão social. A verdade descoberta deve ser partilhada, e a liberdade conquistada não é plena se não for oferecida aos outros.

Esse retorno é, portanto, uma exigência ética: o conhecimento torna-se compromisso com a vida coletiva. No contexto da *República*, essa exigência traduz-se no ideal do governante-filósofo, que, tendo alcançado a visão do Bem, assume a tarefa de orientar a

cidade segundo esse princípio. A justiça política só é possível quando a liderança é exercida por quem conhece o verdadeiro bem, guiando as ações da *pólis* para a ordem e harmonia, como é destacado na passagem da *República*,

*A não ser, prossegui, que os filósofos cheguem a reinar nas cidades ou que os denominados reis e potentados se ponham a filosofar seriamente e em profundidade, vindo a unir-se, por conseguinte, o poder político e a Filosofia, e que sejam afastados à força os indivíduos que se dedicam em separado a cada uma dessas atividades, não poderão cessar, meu caro Glauco, os males das cidades, nem, ainda, segundo penso, os do gênero humano (República, 473d-e).*

Outro aspecto que pode ser destacado, quanto ao retorno à caverna, é a possibilidade de revelação da liberdade em seu sentido mais profundo. Libertar-se das correntes é deixar de aceitar as aparências como realidade; é tomar consciência da condição humana e reconhecer a existência de um princípio superior. Essa liberdade não é mera autonomia individual, mas conversão da alma para a verdade. A verdadeira liberdade implica, portanto, um esforço de orientação interior: escolher ver o real em sua origem e sustentar a própria vida segundo essa visão. Tal liberdade filosófica se distingue radicalmente da mera liberdade política ou material — ela é liberdade da alma.

Nesse sentido, a alegoria platônica revela-se como um paradigma ético-político: a ascensão ao Bem e o retorno são dimensões inseparáveis da vida filosófica. A *paideia* verdadeira transforma a alma, mas exige que o filósofo se comprometa com a cidade. O saber não é um refúgio, mas uma responsabilidade.

Assim, a alegoria articula uma ética da libertação, onde o ato de conhecer é indissociável do ato de servir. Essa ética mantém plena atualidade diante dos desafios contemporâneos: em uma sociedade marcada pela superficialidade, pela manipulação da informação e pela cultura das aparências, a exigência platônica de conversão interior e retorno ao diálogo comunitário continua a ressoar como um chamado urgente à responsabilidade filosófica e cidadã.

## **6. A ATUALIDADE DA ALEGORIA DA CAVERNA**

A alegoria descrita pelo filósofo não é apenas uma construção mítica própria de seu tempo; ela preserva um poder interpretativo duradouro que transcende a antiguidade grega. Sua força reside na universalidade da experiência que descreve: a condição humana diante da ignorância, da ilusão e da busca pela verdade. Essa experiência permanece viva em nossa época, marcada por desafios éticos, políticos e epistemológicos singulares.

Vivemos numa era em que a ilusão da aparência em detrimento da realidade se tornou mais complexa e urgente. A proliferação de informações fragmentadas, a circulação massiva de imagens e a manipulação digital criam um contexto em que as sombras da caverna se multiplicam. As “correntes” que aprisionam a alma contemporânea não são apenas a ignorância ou a falta de reflexão,

mas também a saturação informacional, a desconfiança generalizada e o relativismo epistemológico.

A alegoria, nesse sentido, permanece atual ao nos convocar a refletir sobre a condição da educação e do conhecimento: sair da caverna hoje significa resistir às ilusões impostas pela pós-verdade, buscar critérios objetivos para o saber e reorientar a vida em direção ao universal e ao verdadeiro.

A conversão descrita por Platão (*periagogé*) mantém sua potência interpretativa no cenário contemporâneo. Ela pode ser entendida como a necessidade de um movimento educativo profundo: não apenas transmitir conteúdos, mas transformar a orientação interior do sujeito, despertando sua capacidade crítica e sua responsabilidade ética. Esse é um desafio central no mundo atual, onde a educação frequentemente se reduz a um processo técnico e instrumental. A conversão da alma, portanto, permanece um chamado urgente: uma educação que liberte do aprisionamento ideológico e sensorial, tornando o sujeito capaz de buscar o bem comum e de participar de forma consciente na vida política e social.

Em tempos de polarização e superficialidade, o retorno à caverna mantém um significado ético e político fundamental. Não basta libertar-se para contemplar o Bem; é necessário retornar para compartilhar essa visão, educar outros e promover a transformação coletiva. Esse é o sentido mais profundo da filosofia como prática: a responsabilidade pelo conhecimento adquirido e o compromisso com a construção de um mundo mais justo e consciente.

Assim, a alegoria não é apenas um relato sobre a educação filosófica, mas um paradigma ético-político para toda a humanidade. Ela nos

recorda que a verdadeira liberdade e o verdadeiro saber só se realizam na comunhão e na responsabilidade mútua.

## 7. CONCLUSÃO

Diante do percurso desenvolvido, é possível afirmar que os objetivos propostos neste estudo foram alcançados. Ao analisar a *Alegoria da Caverna* sob as perspectivas antropológica, metafísica e ético-política, demonstrou-se que a narrativa platônica constitui uma síntese da *paideia* enquanto processo de conversão da alma, articulando conhecimento, formação e responsabilidade coletiva. Evidenciou-se que a libertação do prisioneiro simboliza a transformação interior que conduz da *doxa* à *epistémé*, ao mesmo tempo em que a contemplação do sol revela o Bem como fundamento ontológico da realidade e da inteligibilidade. Por fim, o retorno à caverna foi interpretado como expressão do compromisso ético e político do filósofo, reafirmando que a educação filosófica não se limita à contemplação, mas implica atuação no mundo e responsabilidade pela construção de uma cidade justa.

Entretanto, este estudo apresenta algumas limitações que devem ser consideradas. A análise concentrou-se principalmente na *República*, especialmente na *Alegoria da Caverna*, ainda que tenha dialogado pontualmente com outros textos do *corpus platonicus* e comentadores contemporâneos. Uma investigação mais abrangente poderia aprofundar a relação entre a alegoria e outros diálogos fundamentais, como o *Banquete*, o *Fédon* e o *Teeteto*, explorando de modo mais sistemático as implicações epistemológicas e ontológicas da teoria das ideias. Além disso, a abordagem privilegiou uma leitura filosófico-interpretativa, sem desenvolver comparações mais extensas com contextos educacionais contemporâneos ou

com outras tradições filosóficas que também problematizam a formação humana e a libertação do conhecimento.

Nesse sentido, pesquisas futuras podem ampliar a discussão ao investigar a recepção da *Alegoria da Caverna* em contextos educacionais contemporâneos, bem como sua relação com debates atuais sobre formação crítica, ética e política. Também se mostra promissor aprofundar o diálogo entre a *paideia* platônica e teorias pedagógicas modernas, analisando de que modo a conversão da alma pode ser reinterpretada à luz das demandas educacionais atuais. Desse modo, a *Alegoria da Caverna* permanece como um horizonte filosófico fecundo, cuja força simbólica continua a iluminar a reflexão sobre educação, verdade e liberdade, reafirmando a atualidade do pensamento platônico como caminho de formação humana e compromisso com o bem comum.

*Ela* permanece como uma das mais profundas imagens da filosofia platônica porque apresenta a educação como conversão da alma — um movimento gradual e exigente, que conduz da ignorância à contemplação do Bem e que impõe ao filósofo o dever de retornar à caverna para libertar outros. E esse gesto simbólico articula três dimensões centrais: ontológica, ao revelar o Bem como princípio de toda realidade; pedagógica, ao mostrar que a educação é transformação interior; e ética-política, ao afirmar que o conhecimento implica responsabilidade pelo outro e pela cidade.

Na contemporaneidade, marcada por crises de sentido, manipulação informacional e superficialidade cultural, o mito permanece vivo como um convite urgente: sair da caverna exige coragem, discernimento e compromisso ético. Ele nos lembra que a

verdadeira liberdade não se reduz à autonomia individual, mas é conquista interior e compromisso coletivo.

Assim, a Alegoria não é apenas uma passagem da obra de Platão, mas um paradigma para a filosofia e a educação em qualquer época. Ele continua a desafiar cada geração a questionar suas próprias sombras e a buscar a luz que liberta — o Bem.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANNAS, Julia. **Platão**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BODÉÜS, Romain. **Le mythe de la caverne**. Paris: PUF, 2008.

CORNFORD, Francis Macdonald. **A República de Platão**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

JAEGER, Werner. **Paideia: os ideais da cultura grega**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KAMIMURA, José Carlos. **Platão: um pensamento filosófico**. São Paulo: Edusp, 2014.

KOSMAN, Lionel. **Platonic truth**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2005.

KREMER, Jürgen. **A educação em Platão**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

NUSSBAUM, Martha C. **Cultivating humanity: a classical defense of reform in liberal education**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1997.

PAVIANI, Jayme. **Platão & educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PLATÃO. **República**. Tradução de Henrique Murachco, José Trindade Santos e Juvino Maia Jr. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

PLATÃO. **Górgias e Protágoras**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: Edufpa, 2021.

REALE, Giovanni. **História da filosofia antiga**. São Paulo: Loyola, 1994.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com ênfase na História da Filosofia Antiga, e Mestrando em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), na área de Estudos Clássicos. Mestre em Filosofia pela UFPR, possui graduação em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e em Letras – Língua Portuguesa e Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional Uninter. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Inovação Educacional, Formação e Desenvolvimento Profissional (G-Pieford). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>2</sup> Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação/UFPA, mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia/UFPA, Bacharela e licenciada em Filosofia pela Universidade Federal do Pará e Pedagoga pela Estácio de Sá. Atua nas redes privadas de ensino básico de Belém do Pará e é Professora Substituta da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>3</sup> Doutora em Educação e tem Pós-Doutorado em Inovação Educacional em Salas de Aula Emergentes, além de formação interdisciplinar em Direito, Educação e Cognição. Professora da *Universidad Interamericana para el Desarrollo* (Unid/México). Possui experiência no ensino de pós-graduação e em formação especializada nas áreas de metodologia de pesquisa, ética, argumentação jurídica e tecnologias educacionais. Integrante do Grupo de Pesquisa em Inovação Educacional, Formação e Desenvolvimento Profissional (G-Pieford). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>4</sup> Mestre em Energia e Ambiente pela Universidade Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (Unilab). Professor da Prefeitura Municipal de Fortaleza e do Centro Universitário Uniateneu. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Inovação Educacional, Formação e Desenvolvimento Profissional (G-Pieford). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>5</sup> Pós-Doutorando em Administração em Gestão e Desenvolvimento da Educação pelo Instituto Politécnico Nacional (IPN/México) e tem Pós-Doutorado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Inovação em Tecnologias Educacionais (PPGITE/IMD), Líder do Grupo de Pesquisa em Inovação Educacional, Formação e Desenvolvimento Profissional (G-Pieford). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)